

## **Aula 10 - Prof. Fernando Pedrosa**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Legislação - 2025  
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo  
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa  
Lopes, Tulio Lages, Bruno  
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**  
09 de Junho de 2025  
**Manzato Moises**

# TJ/PR – CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS – PARTE 2

## Sumário

Análise Estatística .....	3
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque .....	3
Introdução .....	3
Livro III - TÍTULO I - JUÍZES DE PAZ (Art. 115 a 117) .....	3
Livro IV - TÍTULO I - SERVENTUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA E AGENTES DELEGADOS DO FORO EXTRAJUDICIAL (Art. 118 a 124).....	5
Livro IV - TÍTULO II - CONCURSO, NOMEAÇÃO E POSSE (Arts. 125 a 137).....	7
Livro IV - TÍTULO III REMOÇÕES, PERMUTAS E PROMOÇÕES (Arts. 138 a 144) .....	9
Livro IV - TÍTULO IV SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO FORO JUDICIAL (Art. 145) .....	10
Livro IV - TÍTULO V - OUTROS AUXILIARES DA JUSTIÇA (Arts. 146 a 150) .....	12
Livro IV - TÍTULO VI - VENCIMENTOS, AJUDAS DE CUSTO, LICENÇAS E FÉRIAS (Arts. 151 a 154) .....	14
Livro IV - TÍTULOS VII a XI .....	15
Livro IV - TÍTULO XI-A FORO EXTRAJUDICIAL (Arts.190 a 211) .....	22
Livro IV - TÍTULO XII VESTES TALARES, EXPEDIENTE E HORÁRIO (Arts. 212 e 213).....	25
Livro V - TÍTULO I - DIVISÃO JUDICIÁRIA (Art. 214 a 220).....	25
Livro V - TÍTULO II - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (Art. 221).....	27
Livro V - TÍTULO III CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS, SEÇÕES JUDICIÁRIAS E DISTRITOS JUDICIÁRIOS (Art. 222 a 224).....	27
Livro V - TÍTULO IV COMARCAS, JUÍZOS E SERVIÇOS AUXILIARES (Arts. 225 a 235).....	29
Livro V - TÍTULO V - DAS COMARCAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, DE LONDRINA E DE MARINGÁ (Arts. 236 a 239).....	31
Aposta estratégica .....	33



Questões Comentadas .....	34
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	37
Perguntas .....	37
Perguntas com respostas.....	38
Lista de Questões .....	40



## ANÁLISE ESTATÍSTICA

*Devido à alta especificidade deste assunto, ainda não há um conjunto de questões grande o suficiente para se realizar uma análise estatística relevante.*

## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

### Introdução

Na primeira parte da nossa aula, abordamos os fundamentos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ/PR), explorando a estrutura básica do Poder Judiciário paranaense, suas competências e os princípios que regem sua organização. Agora, daremos continuidade ao estudo, concentrando-nos no **Livro III** em diante, onde o foco se volta para a **estrutura administrativa e funcional da Justiça Estadual**.

A partir deste ponto, o CODJ passa a detalhar como se dá a organização prática do Tribunal de Justiça, das comarcas, dos juízos e dos órgãos auxiliares da Justiça. Além disso, são definidos aspectos cruciais da atividade judiciária, como os critérios para a divisão territorial, a instalação de varas, o funcionamento das corregedorias e a atuação de servidores e auxiliares da justiça.

### Livro III - TÍTULO I - JUÍZES DE PAZ (Art. 115 a 117)

#### Art. 115 – Funções do Juiz de Paz

O Juiz de Paz talvez seja uma das figuras mais subestimadas dentro da estrutura do Judiciário, mas seu papel, especialmente nas comunidades menores, é bem mais relevante do que aparenta. Segundo o artigo 115, sua atuação está voltada a funções **sem caráter jurisdicional**, ou seja, que não envolvem julgamento ou imposição de decisões judiciais. Ele atua, por exemplo, **celebrando casamentos**, conferindo validade formal aos atos civis entre os cidadãos. Também pode verificar o processo de habilitação dos casamentos – que é aquela fase prévia, em que se checa se os noivos cumprem os requisitos legais para casar.

Além disso, tem função **conciliatória** – o que, na prática, pode significar ajudar a resolver pequenos conflitos de vizinhança ou questões do cotidiano, de forma pacífica e informal, sem precisar recorrer a um juiz togado. É como uma figura de confiança da comunidade, próxima das pessoas e com uma atuação que valoriza o diálogo.



Um detalhe curioso é o parágrafo único, que determina que, na celebração de casamentos, o Juiz de Paz **deve usar uma faixa verde e amarela a tiracolo**, com 10 centímetros de largura. Pode parecer um mero formalismo, mas isso tem uma carga simbólica: representa a autoridade civil e a solenidade do ato, reforçando o caráter público e oficial da cerimônia.

### Art. 116 – Requisitos para Investidura no Cargo

A escolha de um Juiz de Paz não é feita de forma aleatória. O artigo 116 estabelece critérios claros e objetivos para essa função. Primeiramente, o cargo está previsto **em cada distrito das comarcas de entrância inicial e intermediária**, bem como em **cada circunscrição de registro civil nas comarcas de entrância final** – o que significa que essa figura está presente em praticamente todo o território estadual, com algumas variações conforme o tamanho e a estrutura da comarca.

Quanto aos requisitos:

- Ser brasileiro e maior de idade, como ponto de partida.
- Ter os **direitos civis e políticos em dia**, o que inclui, por exemplo, estar em situação regular com o serviço militar, no caso dos homens.
- **Residir na localidade onde atuará** – um ponto importante, pois reforça a ideia de que o Juiz de Paz é alguém inserido na comunidade.
- Ter escolaridade de **nível médio**, o que busca garantir certa capacidade técnica para exercer suas funções.
- E, por fim, ter **bons antecedentes e não ser filiado a partido político**. Esse último requisito, inclusive, é uma tentativa de preservar a imparcialidade da função, ainda que não tenha caráter jurisdicional.

Repare que não se exige formação jurídica – o que confirma o caráter mais comunitário e acessível da função.

### Art. 117 – Posse, Exercício e Substituição

Após ser nomeado, o Juiz de Paz toma posse perante o **Juiz de Direito Diretor do Fórum** da comarca em que irá atuar. A cerimônia de posse não é mera formalidade: trata-se de um momento que legitima a entrada oficial do cidadão na função pública.

No caso de **impedimento, ausência ou abandono** da função, os suplentes assumem, obedecendo à ordem estabelecida: primeiro o suplente imediato, depois o segundo. E se, por algum motivo, não houver suplente disponível, o Diretor do Fórum pode designar um **Juiz de Paz ad hoc** – ou seja, alguém nomeado especificamente para atuar naquele caso concreto, apenas para fins de habilitação de casamento.

Esse mecanismo de substituição é essencial para garantir que os atos civis continuem sendo praticados regularmente, sem prejuízo à população local. Afinal, cerimônias e registros civis, como o casamento, não podem ficar à mercê da ausência de um único agente.



## Livro IV - TÍTULO I - SERVENTUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA E AGENTES DELEGADOS DO FORO EXTRAJUDICIAL (Art. 118 a 124)

### Arts. 118 a 124 – Atores que viabilizam o funcionamento da Justiça

O Livro IV do Código trata de uma engrenagem fundamental para o funcionamento cotidiano do Judiciário: os **auxiliares da justiça**. Embora, à primeira vista, a atenção dos estudiosos costume se concentrar nos magistrados e promotores, a realidade do foro exige reconhecer o peso dos profissionais que garantem que o sistema opere com regularidade – desde o balcão até o cartório, do arquivo ao plenário.

Nesse contexto, o artigo 118 inaugura a classificação dos que exercem essas funções, separando-os em três grupos:

- **Funcionários da justiça** (servidores do quadro do Tribunal de Justiça);
- **Serventuários da justiça do foro judicial** (titulares de cartórios judiciais);
- **Agentes delegados do foro extrajudicial** (titulares de cartórios extrajudiciais, como tabelionatos e registros civis).

### Arts. 119 a 121 – Serventuários e a lógica dos cartórios judiciais

Os **serventuários da justiça** são aqueles que respondem por uma gama variada de ofícios judiciais. Como lista o artigo 119, temos desde escritanias cíveis e criminais até setores específicos, como a Escrivania da Infância e da Juventude ou a de Adolescentes Infratores. Há também funções técnicas, como o Ofício do Avaliador e o do Contador e Partidor. A ideia, aqui, é assegurar a especialização e eficiência dos serviços.

Um ponto curioso é o parágrafo único do art. 119, que permite o funcionamento acumulado dos ofícios, **no interesse da justiça**. Na prática, essa previsão responde à realidade de comarcas pequenas, onde o volume processual não justifica uma estrutura robusta. É uma forma de conciliar racionalização administrativa com prestação jurisdicional adequada.

Já o artigo 121 trata da natureza **privada de alguns cartórios judiciais**, em que o titular não é remunerado pelo Estado. Nesses casos, ele pode contratar pessoal sob as regras da CLT, desde que por conta própria. Além disso, esses empregados podem ser **juramentados** para atuar formalmente na serventia – o que significa, por exemplo, assinar documentos –, desde que atendam a certos requisitos mínimos. Aqui, há uma tensão constante entre o caráter público do serviço e o modelo privado de gestão. É uma característica histórica do sistema cartorário brasileiro, que vem sendo progressivamente reformada, mas ainda persiste em muitos pontos.

### Arts. 120 e 122 – Cartórios extrajudiciais e seus operadores

No que tange aos **agentes delegados do foro extrajudicial**, os artigos 120 e 122 são bem claros. Estes profissionais não são servidores públicos, mas sim **delegatários** de um serviço público, obtido via



concurso, exercido em caráter privado e sob regulação estatal. A lista inclui tabeliães de notas, registradores civis, oficiais de imóveis, entre outros.

É curioso notar que o Código admite a **acumulação precária de funções**, o que pode ocorrer quando o volume de trabalho ou a arrecadação do cartório não justificam a divisão. Isso ocorre frequentemente em distritos rurais, onde há baixa demanda por serviços como reconhecimento de firma ou registro de imóveis. Para manter o acesso da população ao serviço, admite-se que um único oficial concentre diferentes atribuições – o que, do ponto de vista prático, evita que moradores de áreas mais afastadas precisem se deslocar por dezenas de quilômetros para um simples registro.

Além disso, os delegatários também podem contratar livremente seus auxiliares, desde que comuniquem formalmente o juiz corregedor e cumpram os requisitos mínimos. Um ponto interessante é a previsão de **juramentação de escreventes**, tornando-os aptos a praticar atos em nome do cartório. Esse procedimento garante segurança jurídica, mas sem alterar o vínculo empregatício, que continua sendo regido pela CLT.

### Art. 123 – Funcionários da Justiça: estrutura funcional do Tribunal

O artigo 123 apresenta os chamados **funcionários da justiça**, ou seja, os servidores públicos que integram diretamente o quadro do Tribunal de Justiça do Paraná. Aqui encontramos desde os mais visíveis – como **oficiais de justiça, auxiliares de cartório e psicólogos forenses** – até aqueles que, apesar de menos lembrados, são fundamentais para a rotina forense, como **porteiros de auditório, agentes de limpeza e secretários dos juizados especiais**.

Essa multiplicidade de funções é um reflexo da complexidade do Poder Judiciário, que não se resume a julgamentos. Há um corpo técnico-administrativo robusto garantindo que audiências ocorram, decisões sejam cumpridas e partes sejam intimadas. O parágrafo único reforça que esses servidores se submetem ao **Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná**, o que assegura estabilidade, regras de progressão e deveres funcionais.

### Art. 124 – Auxiliares eventuais da Justiça

Por fim, o artigo 124 trata de um grupo um tanto diferente: os **auxiliares da justiça nomeados para atos específicos**. São os peritos, leiloeiros, intérpretes, tradutores e afins. Não fazem parte da estrutura permanente, mas são **essenciais quando há necessidade de conhecimento técnico ou apoio operacional** em uma determinada causa. Por exemplo, uma ação que discute danos estruturais em um imóvel exigirá um engenheiro perito. Já uma audiência com uma parte estrangeira pode requerer a atuação de um intérprete juramentado.

Em síntese, são profissionais que **emprestam ao Judiciário seu saber técnico ou suas habilidades específicas**, atuando como peças temporárias, mas indispensáveis, na engrenagem judicial.





## Livro IV - TÍTULO II - CONCURSO, NOMEAÇÃO E POSSE (Arts. 125 a 137)

### Arts. 125 a 127 – Ingresso nos cartórios judiciais: concurso e requisitos

Quando falamos de **serventuários da justiça do foro judicial**, estamos nos referindo aos titulares dos cartórios judiciais, como escrivães, distribuidores, contadores e partidores. O ingresso nesses cargos, conforme o artigo 125, se dá por meio de **concurso público de provas e títulos**, com nomeação formalizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Isso garante não apenas isonomia no acesso, mas também transparência na escolha dos ocupantes de funções tão sensíveis.

O concurso, por sua vez, só ocorre **após a vacância do cargo**, ou seja, quando há a liberação de uma serventia — o que é comum após aposentadorias, exonerações ou falecimentos. Diferentemente do funcionalismo tradicional, a serventia pode ter natureza privada ou mista, e por isso as regras são detalhadas com cautela.

No artigo 126, temos os **requisitos básicos** para inscrição, que seguem o padrão da administração pública: nacionalidade brasileira, quitação com obrigações eleitorais e militares, idade mínima de 18 anos e, claro, pagamento da taxa de inscrição. O parágrafo único adiciona exigências após a aprovação: sanidade física e mental, antecedentes e fontes de referência pessoal — um cuidado compreensível, considerando o grau de confiança exigido da função cartorária.

O artigo 127 determina que o **Regimento Interno do TJPR** e o **Conselho da Magistratura** são os responsáveis por organizar o concurso, demonstrando como a estrutura interna do tribunal assume um papel ativo na condução do processo seletivo.

### Arts. 128 a 130 – Concurso para o quadro funcional do TJPR

Ao tratar dos **funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça**, os artigos 128 a 130 reforçam que o acesso também se dá por **concurso público**, salvo para os cargos em comissão — que são aqueles de livre nomeação, geralmente voltados à confiança da administração superior.

É importante notar que a legislação diferencia os critérios para esses servidores em relação aos serventuários de cartório. No artigo 129, por exemplo, além dos requisitos já mencionados no artigo 126, o edital poderá exigir **grau de escolaridade ou habilitação técnica específica**, de acordo com o cargo.

A **nomeação dos aprovados**, conforme o artigo 130, segue o rito formal e depende de ato do Presidente do Tribunal de Justiça. Ainda que esse detalhe pareça meramente burocrático, ele assegura que o ato de ingresso tenha força jurídica adequada, conferindo estabilidade ao servidor após o estágio probatório.

### Arts. 131 a 134 – Cargos operacionais e sua peculiaridade

Aqui, entramos em um ponto bastante pragmático da estrutura judiciária. O **Capítulo III** trata de cargos que são o "braço operacional" do Judiciário: **oficiais de justiça, porteiros de auditório, auxiliares administrativos, comissários de vigilância e agentes de limpeza**.





O concurso segue as diretrizes gerais, como visto no artigo 131, mas há particularidades quanto à **escolaridade mínima exigida**, conforme prevê o §1º do artigo 132. Para agentes de limpeza, o requisito é o ensino fundamental; para auxiliares de cartório, exige-se ensino médio completo. É uma diferenciação coerente com as atribuições e grau de complexidade técnica envolvido.

Uma mudança relevante aparece no artigo 133: os **agentes de limpeza não ingressarão mais por concurso tradicional**, mas por teste seletivo sob regime da CLT, e os cargos serão **extintos gradualmente**, à medida que vagarem. Isso indica uma tendência de terceirização ou desjudicialização de serviços de apoio, algo que já se vê em muitos órgãos públicos.

Por fim, a nomeação desses aprovados também segue o rito do artigo 130, assegurando uniformidade na forma de ingresso, apesar das diferenças funcionais.

### Art. 135 – Posse: quem formaliza o ingresso

O momento da posse é mais do que um protocolo. Trata-se do ato jurídico que confere ao aprovado a **investidura no cargo**. Segundo o artigo 135, a formalização ocorre diante de diferentes autoridades:

- Para **funcionários da Secretaria do Tribunal**, a posse é dada pelo **Secretário do Tribunal**.
- Já os **serventuários da justiça** tomam posse perante o **Juiz Diretor do Fórum** da comarca onde atuarão.

Essa separação faz sentido: cada autoridade dá posse dentro de sua esfera de atribuições. É uma forma de preservar a descentralização administrativa, mas mantendo o controle funcional.

### Art. 136 – Registro de carreira e acompanhamento funcional

Aqui temos uma medida de **transparência e controle institucional**. O artigo 136 obriga que a Secretaria do Tribunal mantenha **registro formal da trajetória funcional de cada servidor**, anotando promoções, afastamentos, penalidades, entre outros eventos. Trata-se de uma espécie de prontuário funcional, fundamental para a gestão de recursos humanos e para eventuais auditorias ou processos administrativos.

### Art. 137 – Princípios da organização interna

O último artigo do Título traz diretrizes que devem orientar a **organização da Secretaria do Tribunal de Justiça**, conforme regulamentação própria. Dois princípios se destacam:

- **Descentralização e racionalização dos serviços**: ou seja, o trabalho deve ser distribuído de modo eficiente, evitando concentração excessiva de tarefas ou dependência de um único setor.
- **Critérios técnicos para cargos de chefia**: a nomeação para funções de chefia deve observar parâmetros profissionais, inclusive a **proporcionalidade entre chefes e subordinados**, o que evita estruturas hierárquicas inchadas e ineficazes.

É uma tentativa de alinhar a estrutura administrativa do Judiciário com práticas modernas de gestão pública, combatendo o personalismo e valorizando critérios técnicos.



## Livro IV - TÍTULO III REMOÇÕES, PERMUTAS E PROMOÇÕES (Arts. 138 a 144)

### Art. 138 – Formas de movimentação: remoção, promoção e permuta

A regra geral é clara: tanto a **remoção** (deslocamento do titular para outra serventia) quanto a **promoção** (acesso a serventia de maior porte ou relevância) são realizadas **por ato do Presidente do Tribunal de Justiça**, a partir da indicação feita pelo **Conselho da Magistratura**.

Um detalhe relevante: se o serventuário já estiver designado provisoriamente para uma serventia e quiser permanecer ali de forma definitiva, poderá pleitear sua nomeação, entrando na disputa com os demais candidatos. Ou seja, a experiência prévia na serventia pode se converter em vantagem, desde que devidamente postulada.

Quanto à **permuta** — ou seja, a troca de serventias entre dois titulares — ela depende de requerimento conjunto dos interessados e também é formalizada por ato da Presidência do TJPR. Essa possibilidade costuma ser bastante útil quando há questões pessoais envolvidas, como mudança de domicílio ou interesses familiares.

Vale observar que o artigo reforça um princípio clássico do serviço público: as **promoções e remoções alternarão os critérios de antiguidade e merecimento**. É uma tentativa de equilibrar o tempo de serviço com a qualificação e o desempenho, evitando que apenas um fator determine a ascensão.

### Art. 139 – Vacância e edital de convocação

Quando um ofício (ou seja, um cartório) fica vago, é dever do **Juiz Diretor do Fórum** informar imediatamente o Presidente do Tribunal. Com isso, é autorizada a **expedição de edital**, convocando interessados à remoção ou promoção.

Essa comunicação imediata visa impedir que a serventia fique desassistida por muito tempo, o que poderia prejudicar o atendimento à população. Aqui vemos a preocupação com a continuidade do serviço público — algo especialmente importante em comarcas menores, onde a ausência de um cartório funcional impacta diretamente o dia a dia da comunidade.

### Art. 140 – Análise dos pedidos e controle disciplinar

Todos os pedidos recebidos após o edital são **unificados em um processo administrativo** e remetidos à **Corregedoria-Geral da Justiça**, que elabora parecer e submete a questão ao Conselho da Magistratura.

Um ponto importante está no parágrafo único: **quem tiver sofrido pena disciplinar recente pode ser excluído do processo**, salvo se já tiverem se passado dois anos desde a punição, e se não houver reincidência. Essa cláusula busca valorizar a conduta ética e disciplinar como critério de acesso a novas oportunidades.



## Art. 141 – Deliberação e prazos para posse

Concluído o trâmite técnico, cabe ao **Corregedor-Geral da Justiça relatar o processo** diante do Conselho da Magistratura, que então decide se indica ou não os candidatos.

O parágrafo único impõe prazos claros: após a publicação do **decreto de remoção**, o novo titular tem até **dez dias para assumir** o ofício. Porém, se a remoção for **dentro da mesma comarca**, a posse deve ser **imediate**. Isso faz sentido: nesse último caso, não há necessidade de mudança geográfica ou adaptação à nova estrutura — tudo ocorre dentro do mesmo ambiente institucional.

## Art. 142 – Concurso como solução residual

Se ninguém se interessar pela remoção ou promoção — ou se os pedidos forem indeferidos —, o TJPR deve **abrir concurso público** para provimento da serventia. Trata-se de uma medida de última instância, mas que garante que não haja lacuna definitiva na prestação do serviço cartorário.

Esse dispositivo é um lembrete de que a lógica da carreira se sustenta em dois pilares: **mobilidade interna e renovação externa**. Quando um não resolve, o outro precisa ser acionado.

## Art. 143 – Aplicação a outros cargos

O artigo 143 estende as mesmas regras, **no que couber**, aos **oficiais de justiça, auxiliares de cartório, auxiliares administrativos e comissários de vigilância**. Aqui o legislador sinaliza que a mobilidade funcional também deve existir para cargos operacionais — o que é coerente com a ideia de valorização do servidor e eficiência administrativa.

## Art. 144 – Requisito de tempo mínimo

Por fim, o artigo 144 estabelece uma condição objetiva para participar de concurso de remoção: o **exercício de pelo menos dois anos na atividade**. A exceção ocorre apenas se não houver nenhum candidato que cumpra esse requisito.

Essa cláusula protege a estabilidade da estrutura: evita que servidores recém-empossados já solicitem movimentações, o que poderia desorganizar as rotinas e gerar instabilidade institucional.

# Livro IV - TÍTULO IV SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO FORO JUDICIAL (Art. 145)

## Art. 145 – Atribuições dos Serventuários do Foro Judicial

O artigo 145 é um verdadeiro “manual de bordo” das funções desempenhadas pelos serventuários da justiça no âmbito **judicial**. Aqui, não falamos de agentes do foro extrajudicial, nem de cargos administrativos do tribunal, mas dos profissionais que atuam diretamente no andamento dos processos



e na materialização das decisões judiciais. É aquele pessoal que a população nem sempre enxerga, mas que move a engrenagem do Judiciário diariamente.

### Escrivães – Os guardiões do processo

O inciso I trata dos **Escrivães**, figuras conhecidas de quem já teve algum contato com o sistema judiciário. Eles são responsáveis pela **prática de todos os atos privativos previstos em lei**, ou seja, atos que somente eles, por delegação legal, podem praticar: lavrar termos, juntar petições, certificar atos, cumprir mandados judiciais e, de forma geral, manter o processo tramitando dentro da legalidade e da forma adequada.

A lei exige que o escrivão observe os “**usos, estilos e costumes do foro**”, o que, à primeira vista, pode soar anacrônico. Mas a ideia aqui é reconhecer que, embora existam normas nacionais, o cotidiano forense tem suas práticas locais consolidadas — expressões, formatos de documentos, pequenos ritos — e essas tradições têm valor jurídico e prático.

### Distribuidores – O trânsito ordenado dos processos

Já o inciso II trata dos **Distribuidores**, cujas funções, embora menos visíveis ao público, são fundamentais para garantir **imparcialidade e equilíbrio na carga de trabalho entre juízes e cartórios**. Eles são responsáveis por distribuir os processos de forma equitativa, observando regras bem específicas:

- A distribuição só ocorre quando houver **dois ou mais juízes ou serventuários competentes**, o que evita conflitos de competência;
- É **proibido reter processos**: eles devem ser distribuídos **imediatamente**, respeitando a ordem de chegada — uma salvaguarda contra favorecimentos;
- Em caso de **suspeição ou impedimento**, a compensação deve ocorrer em tempo oportuno, evitando prejuízos às partes;
- Há também a previsão de **distribuição por dependência**, para evitar decisões conflitantes em processos conexos — o que é extremamente relevante, por exemplo, em ações familiares ou empresariais com múltiplos processos interligados;
- E mesmo quando não há distribuição formal, o processo deve ser **registrado em livro próprio**, garantindo transparência e controle.

O Distribuidor, além disso, precisa seguir fielmente as normas da **Corregedoria-Geral da Justiça** e do **Juiz Diretor do Fórum**, que atuam como seus supervisores diretos.

### Contadores – Os intérpretes dos números jurídicos

No inciso III, encontramos o papel dos **Contadores**, que, como o nome sugere, lidam com **cálculos judiciais**. Não estamos falando aqui de contabilidade tradicional, mas de atividades como:

- Calcular **custas e emolumentos** antes das decisões;
- Apurar valores em ações de cobrança, com correções e juros;
- Realizar **cálculos tributários** ou até mesmo cálculos para fins previdenciários;
- Verificar o **correto recolhimento de valores devidos ao Estado ou a fundos judiciais**.



Essas atividades exigem não apenas precisão matemática, mas também **conhecimento jurídico**, já que muitas vezes envolvem a aplicação de índices legais ou decisões judiciais específicas.

### Partidores – Quando há herança, há partilha

O inciso IV fala dos **Partidores**, profissionais encarregados de **organizar a partilha judicial dos bens**, especialmente em processos de inventário ou separação. Em termos simples, são eles que fazem o "mapa" da divisão patrimonial, segundo as regras estabelecidas no processo.

Imagine um inventário com quatro herdeiros, diversos bens móveis, imóveis, aplicações financeiras... Cabe ao partidor organizar isso tudo de forma clara, justa e conforme as diretrizes da sentença ou do acordo entre as partes.

### Depositários Públicos – A guarda judicial dos bens

Já os **Depositários Públicos**, previstos no inciso V, são os responsáveis pela **guarda de bens apreendidos judicialmente**. Pode ser um carro, um lote de mercadorias, equipamentos industriais, entre outros. A função deles é **zelar pela integridade e conservação desses bens**, até que o juízo determine sua devolução, leilão ou outro destino.

Importante observar que o texto ressalta: a guarda é uma **obrigação legal**, e o descumprimento pode gerar responsabilização — afinal, trata-se de patrimônio sob custódia do Estado.

### Avaliadores Judiciais – Dar valor ao que será decidido

Por fim, o inciso VI trata dos **Avaliadores Judiciais**, que atuam, sobretudo, quando o processo exige a **atribuição de valor econômico a algum bem**. Seja um imóvel, uma empresa, uma colheita, ou até mesmo quotas societárias, o avaliador deve apresentar **laudo técnico**, fundamentado, que servirá de base para o juiz decidir.

Em comarcas onde há mais de um avaliador, a atuação ocorre por distribuição, respeitando o critério de alternância — o que reforça o compromisso com a impessoalidade e a rotatividade do serviço.

## Livro IV - TÍTULO V - OUTROS AUXILIARES DA JUSTIÇA (Arts. 146 a 150)

### Art. 146 – Oficiais de Justiça: os braços externos do Judiciário

Se existe uma figura que sintetiza o elo entre o tribunal e o mundo concreto, essa figura é o **Oficial de Justiça**. O artigo 146 descreve as atribuições desses profissionais, que têm como principal missão **materializar as ordens judiciais fora do prédio do fórum**.

Cabe a eles, por exemplo:

- **Fazer citações** — entregar ao réu a ciência formal de que há um processo contra ele;





- **Cumprir ordens de penhora, arresto e busca e apreensão** — atos que envolvem bens e que, não raro, causam tensão e exigem tato e firmeza;
- **Redigir autos e certidões**, que são documentos que formalizam o que foi feito, quando e como;
- **Convocar testemunhas presenciais**, quando exigido, para dar segurança aos atos;
- E ainda **atuar como porteiros de auditório** nas comarcas que não contam com esse cargo específico, o que mostra a versatilidade do cargo.

Na prática, o oficial de justiça é um profissional que precisa aliar conhecimento técnico, **resistência emocional** e até mesmo habilidade social. É ele quem bate na porta de alguém para entregar uma intimação, ou quem acompanha a retirada de um bem penhorado. Não é exagero dizer que, muitas vezes, **o único contato real que uma pessoa terá com o Judiciário será por meio do Oficial de Justiça.**

### Art. 147 – Porteiros de Auditório: ordem e fluidez nas audiências

Os **Porteiros de Auditório** não têm uma função simbólica ou apenas protocolar. Eles exercem papéis bastante objetivos, como:

- Fazer o **apregoamento das partes e testemunhas**, ou seja, chamá-las publicamente para o início das audiências;
- Apregoar **bens em leilões judiciais**, nos tradicionais pregões;
- Lavrar **certidões sobre atos de sua função**, como presença das partes, início e término da audiência ou eventuais intercorrências no pregão.

### Art. 148 – Comissários de Vigilância: a interface entre o Judiciário e o universo infantojuvenil

O artigo 148 nos apresenta um dos perfis mais sensíveis da estrutura do Judiciário: os **Comissários de Vigilância**. Esses servidores atuam, sobretudo, na **área da infância e juventude**, muitas vezes em parceria com o Ministério Público, o Conselho Tutelar e instituições de acolhimento. Suas atribuições são extensas, o que revela a complexidade e a delicadeza da função:

- **Fiscalizam o cumprimento das leis de proteção à criança e ao adolescente**, com presença constante em comunidades, escolas, ruas, centros culturais ou abrigos;
- Realizam **investigações sociais**, muitas vezes determinadas por ordem judicial, com foco no ambiente familiar e nas condições de vida dos menores;
- **Acompanham jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**, como a liberdade assistida;
- Promovem **entrevistas e oitivas** com pais e responsáveis, colaborando com os juízes no esclarecimento de fatos que podem ser decisivos em processos de guarda, adoção, destituição do poder familiar ou medidas protetivas.

Além disso, há tarefas mais específicas, como a **fiscalização de presença de menores em cinemas ou casas noturnas**, quando determinadas por ordem de serviço.

### Art. 150 – Auxiliares de Cartório e Administrativos: a base cotidiana do serviço

Por fim, o artigo 150 trata dos **Auxiliares de Cartório e Auxiliares Administrativos**, servidores que compõem a **retaguarda essencial de qualquer vara ou unidade judicial**. Cabe a eles:



- Organizar documentos, protocolos, agendas;
- Atender o público interno e externo;
- Digitar, conferir, protocolar, classificar, arquivar e dar andamento aos processos eletrônicos ou físicos;
- E fazer tudo isso **sob responsabilidade do titular do ofício** ou do servidor responsável.

A função desses auxiliares é garantir que o cartório funcione como um relógio — algo que, em tempos de acúmulo processual, informatização parcial e constante rotatividade, exige muito mais do que organização: exige compromisso e senso de responsabilidade institucional.

## Livro IV - TÍTULO VI - VENCIMENTOS, AJUDAS DE CUSTO, LICENÇAS E FÉRIAS (Arts. 151 a 154)

### Art. 151 – Vencimentos e limites remuneratórios

O primeiro ponto a destacar é que os **vencimentos dos titulares de ofícios remunerados pelo Estado** — isto é, cartórios judicializados cujo titular não auferir receita própria — e os **dos funcionários da justiça** serão sempre definidos por **lei específica**, e não por atos administrativos isolados. Trata-se de uma garantia de **legalidade e controle legislativo** sobre os gastos com pessoal, como se espera em um regime republicano.

O §1º reforça um princípio bastante atual: **o teto constitucional de remuneração**. Nenhum desses servidores pode receber, por mês, um valor bruto maior que o vencimento de um **Juiz de Direito de entrância final** — ou seja, um juiz de comarca de grande porte. Esse teto, vale lembrar, é um dos mecanismos de contenção e moralização do serviço público, evitando distorções salariais como aquelas que, por vezes, ganham espaço na mídia sob o nome de “supersalários”.

A única exceção admitida é a **acumulação com cargo em comissão**, nos limites constitucionais, o que faz sentido: há funções com acréscimo de responsabilidade que justificam complementos temporários à remuneração.

O §2º obriga o **Presidente do Tribunal de Justiça** a regulamentar esse limite em até 90 dias após a vigência do Código, o que reforça a intenção de dar efetividade imediata à norma — e não deixá-la como promessa legislativa.

### Art. 152 – Ajuda de custo: mudar de comarca tem custo, sim

A vida de quem atua no Judiciário estadual nem sempre é estável geograficamente. Promoções e remoções podem levar servidores a **mudar de cidade ou mesmo de região**, e isso envolve custos concretos — mudança de casa, transporte, adaptação.

Por isso, o artigo 152 assegura uma **ajuda de custo de até uma remuneração mensal** para esses casos. Trata-se de um mecanismo que busca **compensar as despesas com a transferência de domicílio**, especialmente em um Estado com dimensões como o Paraná, onde uma remoção de Foz do Iguaçu para Paranaguá não é exatamente trivial.





Mas a lei também é prudente: essa ajuda **não pode ser concedida mais de uma vez a cada dois anos**, o que evita distorções ou uso estratégico da norma por remoções frequentes.

### Art. 153 – Licença para tratamento de saúde

A saúde do servidor é uma prioridade, mas o controle da legalidade e da duração das licenças também é um dever da administração. O artigo 153 estabelece que a **licença médica pode ser concedida mediante atestado simples**, desde que o período não ultrapasse 30 dias.

A partir de então, a exigência é de **laudo pericial**, elaborado por **junta médica nomeada pelo Presidente do Tribunal**, o que adiciona uma camada de formalidade e segurança ao processo — tanto para evitar fraudes quanto para assegurar que o servidor esteja sendo adequadamente acompanhado.

O parágrafo único remete ao **Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Paraná**, o que significa que todas as regras já previstas nesse regime jurídico se aplicam também aos servidores do Judiciário, sempre que compatíveis.

### Art. 154 – Férias: direito garantido, mas sujeito ao interesse do serviço

No que se refere às férias, o CODJ segue a estrutura clássica do funcionalismo público. Os titulares de cargos **remunerados pelo Estado** e os demais funcionários do foro têm direito a férias anuais, organizadas por **escala definida no início de cada ano**, sob responsabilidade do **Juiz Diretor do Fórum** ou do **chefe do setor correspondente**.

Essa escala deve ser comunicada à **Presidência do Tribunal** e à **Corregedoria-Geral da Justiça**, o que assegura controle e permite eventuais ajustes, especialmente em comarcas com poucos servidores.

O §1º determina que as férias devem ser gozadas dentro dos **12 meses seguintes ao período aquisitivo**, salvo se houver **necessidade imperiosa da administração da justiça**. Nesse caso, as férias podem ser **cassadas**, com o compromisso de serem usufruídas mais adiante. Aqui, o termo "cassadas" não significa "canceladas definitivamente", mas sim **adiadas por razão justificada**.

O §2º prevê, ainda, que as férias podem ser **interrompidas**, caso surja uma necessidade de serviço grave e inadiável — o que é perfeitamente razoável. Imagine, por exemplo, uma comarca em que todos os servidores estão em férias e surge uma medida urgente de proteção a menor ou uma liminar de saúde: é legítimo que se interrompa o descanso de alguém, com a garantia de que **os dias não usufruídos serão repostos futuramente**.

## Livro IV - TÍTULOS VII a XI

### Art. 155 – Substituição de Escrivães e Secretários

O cotidiano do Judiciário, como qualquer estrutura humana, está sujeito a ausências. O artigo 155 trata da substituição de **Escrivães e Secretários de Juizados Especiais** remunerados pelo erário, quando estes se afastam do cargo por qualquer motivo.



A norma traz uma solução bem pragmática: **o juiz da unidade indica um servidor efetivo da casa**, com formação jurídica (Analista, Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria bacharel em Direito), para assumir a função de forma **precária**, ou seja, **temporária e sem estabilidade no posto**. A designação formal é feita por ato do Presidente do TJ.

Note que há um grau de flexibilidade previsto: **se não houver servidor bacharel disponível na unidade**, o requisito de escolaridade pode ser dispensado (§1º). Isso mostra que, diante da ausência de opções ideais, o sistema busca **não paralisar a atividade** — algo coerente com o interesse público.

Além disso, o substituto recebe **gratificação proporcional** ao tempo de substituição, o que funciona como um reconhecimento mínimo pelo acréscimo de responsabilidade.

### Art. 156 – Substituição dos demais servidores

Este artigo é direto: a substituição de outros servidores do TJPR se dá conforme **regulamento próprio**, o que significa que os detalhes operacionais — como ordem de substituição, prazo, forma de designação — são fixados por **normas internas do tribunal**, e não pelo CODJ.

### Art. 157 – Incompatibilidades, impedimentos e suspeições

Aqui o Código apenas aponta para dois regimes legais já consolidados:

- As **incompatibilidades** (isto é, atividades que o servidor não pode exercer cumulativamente) são reguladas pelo **Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná**.
- Já os **impedimentos e suspeições** (situações em que o servidor deve se afastar de determinado ato ou processo) seguem o que dispõe o **Código de Processo Civil**.

Em outras palavras: o CODJ não reinventa a roda aqui — ele remete às normas já consolidadas, o que é uma escolha de técnica legislativa bastante adequada, evitando redundância e conflito normativo.

### Arts. 158 e 159 – Aposentadoria dos serventuários e funcionários

Os dois artigos seguintes tratam de um tema inevitável na vida funcional: **a aposentadoria**.

- Para os **serventuários do foro judicial** (como escrivães, avaliadores, partidores), a aposentadoria segue **legislação específica**, e o processo corre **na Secretaria do TJ**, finalizando com **decreto do Presidente**.
- Já os **funcionários do quadro do TJPR** (como técnicos, analistas, auxiliares), seguem trâmite semelhante: processo na Secretaria e ato final também por **decreto presidencial** (do TJ, evidentemente).

Ambos os dispositivos mantêm a lógica de centralização do ato de aposentadoria na autoridade máxima do Judiciário estadual, o que confere **segurança e controle institucional** sobre esses desligamentos.

### Art. 160 – Direitos e garantias

Este é um artigo que carrega mais **valor simbólico do que normativo direto**: ele afirma que os auxiliares da justiça possuem **direitos e garantias previstos em lei e no próprio Código**. A redação é



genérica, mas reafirma o princípio da legalidade e o respeito ao regime jurídico dos servidores públicos. Em outras palavras: **ninguém pode ser privado de garantias funcionais fora do que está na lei.**

### Art. 161 – Deveres funcionais

O artigo 161 é uma espécie de “cláusula de conduta” para os auxiliares da justiça. Aqui, o foco está em três pilares:

- **Dignidade e postura** no exercício do cargo, o que diz respeito tanto à postura pública quanto à integridade nas ações do dia a dia;
- **Obediência às ordens legais dos superiores**, reafirmando a hierarquia funcional;
- **Cumprimento das disposições normativas**, ou seja, das leis, regulamentos e portarias a que estão sujeitos.

### Art. 162 – Residência na comarca e permanência à frente da serventia

O último artigo traz uma exigência bem objetiva, mas com impacto direto sobre a **vinculação entre o servidor e a comunidade local**. Os auxiliares devem **ter residência na comarca onde atuam**, e os **titulares de ofício** (por exemplo, um escrivão de cartório judicial) devem **permanecer à frente de suas serventias**.

Essa previsão busca garantir **presença e comprometimento local**. Em comarcas menores, por exemplo, a ausência do titular pode comprometer o andamento dos processos ou gerar sensação de abandono. Ao exigir residência na comarca, o código promove **proximidade entre o servidor e a realidade da jurisdição em que atua**.

### Art. 163 – Sanções disciplinares e suas graduações

A norma traz um **sistema escalonado de penalidades**, que varia de acordo com a **gravidade da conduta** praticada. As penalidades previstas são:

- **Advertência**: reservada aos casos de **mera negligência**. É a pena mais branda e funciona como um aviso formal. Um atraso sistemático, por exemplo, pode gerar esse tipo de sanção.
- **Censura**: aplicada por **descumprimento de deveres funcionais** ou **reincidência em advertência**. O tom aqui já é mais severo, sinalizando que a conduta se afastou do padrão esperado.
- **Devolução de custas em dobro**: sanciona o servidor que **cobrar valores superiores aos previstos em tabela**, o que pode ocorrer, por exemplo, em cartórios que trabalham com custas judiciais. Essa penalidade pode ser **acumulada** com outras.
- **Suspensão**: imposta em casos de **reincidência em faltas graves**, especialmente quando envolvem **infrações expressas**, como:
  - Exercício ilegal de dupla função pública;
  - Falsificação ou alteração de documentos;
  - Uso do cargo para proveito pessoal;
  - Prática de usura ou apropriação indevida de materiais públicos;
  - Revelação de informações sigilosas;
  - Ausência injustificada e descumprimento de atribuições.
- **Demissão**: pena máxima, aplicada quando houver:



- Crime contra a administração;
- Abandono do cargo;
- Faltas reiteradas e injustificadas;
- Violência em serviço;
- Aplicação irregular de recursos públicos;
- Reincidência qualificada em infrações graves.

A norma ainda traz critérios que devem ser considerados na aplicação das penas, como a **natureza da infração**, os **danos causados ao serviço público**, e os **antecedentes do servidor** (§4º), o que evita decisões automáticas e garante um mínimo de proporcionalidade.

### Art. 164 – Cassação da aposentadoria

Mesmo quem se aposentou pode ser responsabilizado, desde que se prove que, **durante o exercício do cargo**, o servidor:

- Cometeu **falta grave**;
- Assumiu cargo público **ilegalmente**;
- Representou Estado estrangeiro **sem autorização presidencial**;
- Praticou **usura**;
- Ou ainda, perdeu a **nacionalidade brasileira**.

É uma medida excepcional, que visa preservar a moralidade administrativa, mesmo após o fim do vínculo ativo.

### Art. 165 – Autoridades competentes para aplicação das penalidades

A estrutura de competência é dividida da seguinte forma:

- O **Conselho da Magistratura** pode aplicar **todas as penalidades**, inclusive demissão e cassação.
- O **Corregedor-Geral da Justiça** e os **Juízes de Direito** podem aplicar as penas mais brandas: advertência, censura, devolução de custas e suspensão de até 30 dias.

Essa distribuição assegura que **penas mais graves dependam de instâncias superiores**, preservando o devido processo e evitando arbitrariedades.

### Art. 166 – Sindicância e garantias mínimas

Mesmo as penas mais leves — advertência, censura e devolução de custas — **devem ser precedidas de sindicância**, respeitando **o contraditório e a ampla defesa**. Não se trata de mero formalismo: é uma exigência constitucional que visa evitar decisões apressadas ou mal fundamentadas.

### Arts. 167 e 168 – Comunicação e formalização das penalidades

Toda pena imposta deve ser **comunicada à Corregedoria-Geral da Justiça** para anotação e controle (art. 167). Já as penas de **demissão ou cassação** exigem ato formal do **Presidente do TJ**, com **comunicação ao Tribunal de Contas**, no caso da cassação. Isso garante o controle externo e a transparência institucional.



## Art. 169 – Comunicação ao Ministério Público

Se a infração disciplinar configurar **crime de ação penal pública**, o juiz ou autoridade competente **deve remeter cópia ao Ministério Público**, para que este avalie eventual instauração de ação penal. O objetivo é impedir que crimes administrativos fiquem restritos ao campo funcional, quando afetam bens jurídicos mais amplos, como a probidade e o patrimônio público.

## Art. 170 – Cancelamento dos registros disciplinares

Um servidor que cometeu uma infração e foi penalizado **não fica marcado para sempre**. O artigo prevê que as penas mais leves (advertência, censura e devolução de custas) sejam **canceladas após 3 anos**, e a suspensão, após **5 anos**, desde que não haja nova infração nesse período. Essa regra tem um caráter pedagógico e **permite reabilitação funcional**, o que é justo e razoável.

## Arts. 171 a 174 – Afastamentos cautelares e designação de interventor

Nos casos mais graves, o **Corregedor-Geral da Justiça pode afastar preventivamente o servidor**, especialmente se:

- Ele estiver **respondendo criminalmente**;
- A permanência no cargo **oferecer risco à normalidade do serviço**;
- Houver necessidade de **preservar a instrução de processo administrativo**.

O afastamento é limitado a **60 dias**, prorrogáveis por mais 60, e deve ser **fundamentado**. No caso de **titulares de serventia não remunerados pelo Estado**, há uma regra de equilíbrio: o afastado recebe **metade da renda líquida** da serventia, enquanto a outra metade vai para conta judicial (art. 173).

Além disso, durante o afastamento, o Corregedor designa um **interventor** para responder pela serventia, fixando sua remuneração (art. 174). Isso assegura a continuidade dos serviços sem prejuízo ao usuário.

## Art. 175 – Formas de aplicação da demissão e cassação

A perda do cargo ou da aposentadoria se dá por:

- **Sentença judicial** com trânsito em julgado;
- Ou **processo administrativo com ampla defesa**.

Ambos os caminhos reafirmam a importância do **devido processo legal**, mesmo diante das penalidades mais severas.

## Art. 176 – Sanção a funcionários da Secretaria do TJ

Por fim, o artigo 176 estabelece que a sanção a funcionários do **quadro da Secretaria do Tribunal** (ou seja, pessoal da área administrativa central) **deve ser aplicada pelo Presidente do TJ**, reforçando a centralização da decisão e o controle direto sobre os servidores da administração do Judiciário.





## Art. 177 – Prazos de prescrição da pretensão punitiva

A primeira regra é simples, mas essencial: **o direito de punir do Estado não é eterno**. O artigo 177 define dois marcos:

- Infrações puníveis com **advertência, censura, devolução de custas em dobro ou suspensão**: prescrevem em **3 anos**;
- Infrações puníveis com **demissão ou cassação de aposentadoria**: prescrevem em **5 anos**.

E aqui vale uma observação cultural: essa lógica de prescrição atende a um princípio clássico do Direito — a **segurança jurídica**. O servidor não pode viver indefinidamente sob ameaça de punição por fatos antigos.

O parágrafo único arremata com uma regra de coerência: se a infração **também é considerada crime**, a prescrição segue o prazo **da lei penal**. Em outras palavras, não se aplica a prescrição administrativa se o fato estiver sendo tratado como crime com prazo penal maior.

## Art. 178 – Contagem, interrupção e suspensão do prazo prescricional

A contagem do prazo prescricional **não começa no dia do fato em si**, mas sim **a partir do momento em que a autoridade competente toma ciência dele** — uma lógica que privilegia a efetividade do controle administrativo.

O §1º apresenta hipóteses de **interrupção da prescrição**, que zera o cronômetro e faz o prazo começar do zero novamente:

- Abertura de sindicância;
- Instauração de processo administrativo;
- Decisão de mérito (tanto na sindicância quanto no PAD);
- Julgamento de eventual recurso.

Mas atenção ao §2º: **sindicância preparatória sem contraditório não interrompe o prazo**. Isso evita manobras artificiais da administração para “congelar” a prescrição.

O §3º prevê a **suspensão da prescrição**, nos casos em que o processo administrativo fique sobrestado aguardando decisão penal ou cível sobre os mesmos fatos. Aqui, o tempo para de correr, mas não zera — e a contagem retoma de onde parou.

## Art. 179 – Abertura do processo administrativo

O processo disciplinar tem início **por portaria formal**, assinada por juiz ou pelo Corregedor-Geral da Justiça. A portaria deve conter **a delimitação dos fatos imputados**, o que é uma garantia para que o servidor saiba com clareza do que está sendo acusado.

É possível, ainda, que a **instrução seja delegada** a outro juiz ou assessor, o que é funcionalmente útil em comarcas grandes ou quando há necessidade de descentralização da apuração.



## Art. 180 – Citação e exercício da defesa

O servidor tem o direito de ser **citado para apresentar defesa** no prazo de **10 dias**, com possibilidade de requerer provas. A citação pode ocorrer:

- Por mandado ou correio com AR;
- Por carta precatória ou de ordem;
- Por **edital**, quando o paradeiro do servidor for desconhecido.

O edital precisa ser publicado **três vezes no Diário da Justiça** e afixado no átrio do Fórum — práticas ainda comuns na rotina do Judiciário estadual.

## Art. 181 – Revelia e defensor dativo

Caso o servidor **não se manifeste**, é considerado **revel**, e um **defensor dativo é nomeado**. A ideia aqui é impedir que a ausência de defesa inviabilize o processo, mas também garantir que **o acusado não fique sem representação**.

## Art. 182 – Instrução, alegações finais e decisão

A fase seguinte é a **produção de provas**, tanto aquelas requeridas quanto aquelas determinadas de ofício pela autoridade instrutora. Também há previsão expressa para:

- **Interrogatório do acusado**, com prévia intimação do servidor e de seu advogado;
- Determinação de prazos para cumprimento de **cartas precatórias**;
- **Alegações finais**, em até 5 dias;
- **Decisão final** da autoridade competente, com possibilidade de remessa ao Conselho da Magistratura.

A instrução deve ser concluída em **120 dias**, prorrogáveis por mais 60 — um prazo razoável, que impede que processos se arrastem indefinidamente.

## Arts. 183 a 186 – Abandono de cargo

A ausência injustificada do servidor por mais de **30 dias consecutivos** caracteriza **abandono de cargo**, conforme já previsto no art. 163, §2º. A apuração segue rito específico:

- O juiz comunica a Corregedoria;
- O Corregedor instaura processo com **citação por edital** (três publicações);
- O servidor tem **10 dias** para justificar;
- Se a justificativa for aceita, deve **retornar imediatamente ao cargo**;
- Se não houver retorno ou justificativa válida, segue-se o **rito do processo administrativo disciplinar**;
- A demissão, nesse caso, será formalizada por **decreto do Presidente do TJ**, após decisão do **Conselho da Magistratura**.

Esse conjunto de dispositivos assegura que **o direito de defesa seja respeitado**, mesmo nos casos em que o servidor simplesmente desaparece do cargo.





## Arts. 187 a 189 – Recursos disciplinares

O Código ainda prevê **duas instâncias recursais** internas:

- Das decisões de juiz ou do Corregedor, cabe recurso ao **Conselho da Magistratura**, no prazo de 15 dias;
- Das decisões **originárias do próprio Conselho**, cabe recurso ao **Órgão Especial do TJPR**, também em 15 dias.

O recurso é **interposto perante a autoridade que proferiu a decisão**, e, se tempestivo, deve ser remetido **em 2 dias** para julgamento.

Importante destacar: os recursos **têm efeito devolutivo e suspensivo**. Ou seja, suspendem os efeitos da decisão recorrida até o julgamento definitivo — o que é uma **garantia relevante ao servidor**, pois evita que a penalidade seja cumprida antes da análise final.

## Livro IV - TÍTULO XI-A FORO EXTRAJUDICIAL (Arts.190 a 211)

### Arts. 190 e 191 – Aplicabilidade e regras gerais sobre atos notariais

Esses dois primeiros artigos funcionam como uma introdução ao regime jurídico do foro extrajudicial. O **art. 190** esclarece que o título se aplica aos **notários e registradores**, com especial destaque para os oficiais de:

- Registro de pessoas naturais;
- Registro de imóveis;
- Títulos e documentos;
- Tabelionatos de notas e de protesto.

O parágrafo único reforça que, para os registros imobiliários e de pessoas naturais, **os limites territoriais devem ser observados**. Ou seja: não é permitido atuar fora da circunscrição atribuída por delegação.

Já o **art. 191** traz uma série de obrigações procedimentais quanto à comunicação de atos notariais. Vale destacar:

- Escrituras lavradas devem ser **relatadas ao escritório de registro e distribuição em até 10 dias**;
- Em distritos, esse controle é feito pelo **oficial distrital**, com o mesmo prazo;
- Nas comarcas com mais de um cartório de registro de títulos e documentos, o **distribuidor deve dividir os registros equitativamente** — o que evita concentração de renda e garante isonomia;
- Notificações e interpelações são **de livre escolha do interessado**, sem obrigação de compensação entre escritórios;
- Toda movimentação deve conter informação sobre o **valor recolhido para o FUNREJUS** — um fundo essencial para o reequipamento do Judiciário paranaense.



Em outras palavras: há uma tentativa clara de **organizar e controlar a atuação dos cartórios, evitando excessos, favorecimentos ou omissões.**

## Art. 192 – Deveres dos notários e registradores

Este dispositivo apresenta um verdadeiro **código de conduta funcional** para os delegatários. Os deveres vão além das obrigações técnicas — tratam também da postura profissional e até da conduta privada.

Alguns destaques importantes:

- Devem **atender com urbanidade e eficiência** (inciso II), algo que se espera de qualquer servidor público, ainda que delegado;
- Precisam **cumprir ordens de juízes e da Corregedoria** (inciso XVII), reforçando a vinculação administrativa com o Poder Judiciário;
- É obrigatório **expor em local visível as tabelas de emolumentos** (inciso VII) — uma medida de transparência que protege o cidadão;
- Devem ainda **residir na sede da comarca ou distrito onde atuam** (inciso XV), salvo autorização fundamentada. Essa exigência está ligada à ideia de presença, responsabilidade e controle direto sobre o serviço.

Vale lembrar: o cartório, embora seja explorado de forma privada, **continua prestando um serviço público**. Essa dualidade exige, de quem o dirige, não apenas técnica, mas também consciência institucional.

## Art. 193 – Proibições aos delegatários

No campo das vedações, o Código impõe uma série de **limites à atuação e ao comportamento dos notários e registradores**. São exemplos:

- **Não podem advogar** ou exercer função pública cumulativa — salvo cargo eletivo, nos termos da lei (inciso I);
- **Estão proibidos de praticar atos em benefício próprio, do cônjuge ou de parentes até o terceiro grau** (inciso II);
- **Não podem cobrar custas indevidas ou excessivas** (inciso IV), mesmo sob alegações de urgência.

Essa seção deixa clara uma ideia que permeia toda a estrutura: **o delegatário não é “dono” do cartório — é gestor de um serviço público outorgado pelo Estado**. E isso exige renúncias, inclusive patrimoniais e profissionais.

## Arts. 194 a 207 – Penalidades e regime disciplinar

Os artigos que vão do **194 ao 207** detalham o **regime sancionatório aplicável aos notários e registradores**. O sistema é progressivo e busca conciliar proporcionalidade com rigor institucional.

As penalidades possíveis são:



1. **Repreensão** – para faltas leves.
2. **Multa** – aplicável em casos de reincidência ou quando a falta não configura infração grave.
3. **Suspensão** – em casos de descumprimento reiterado dos deveres ou por infrações graves.
4. **Perda da delegação** – sanção máxima, aplicável em situações como:
  - Crimes contra a administração pública;
  - Abandono da serventia por mais de 30 dias;
  - Violação dolosa a proibição legal de natureza grave.

Importante: as penas **não precisam seguir uma ordem fixa de gradação**. A autoridade pode, desde que justifique, aplicar diretamente a sanção mais severa — conforme a gravidade da conduta (art. 196, parágrafo único).

Além disso:

- As penas de **repreensão e multa prescrevem em 2 anos**, a de suspensão em 3;
- A pena de multa é aplicada com base no **modelo de dias-multa do Código Penal**, levando em conta os **rendimentos da serventia** — ou seja, quem fatura mais, paga mais (art. 197);
- A **perda da delegação depende de decisão definitiva em processo administrativo ou sentença judicial transitada em julgado** (art. 207);
- Quando afastado preventivamente, o delegatário tem direito a **metade da renda líquida da serventia** (art. 205) — o que preserva um mínimo de subsistência, mas protege o interesse público ao bloquear a outra metade.

O Conselho da Magistratura tem competência para aplicar **todas as sanções**; já os juízes e o Corregedor-Geral podem aplicar apenas **repreensão e multa** (art. 199).

### Arts. 208 a 209 – Prescrição da pretensão punitiva

A lógica prescricional aqui segue o padrão do foro judicial:

- **3 anos** para sanções leves (repreensão, multa e suspensão);
- **5 anos** para pena de perda da delegação.

O prazo começa **quando a autoridade competente toma conhecimento dos fatos**, e é **interrompido** por:

- Abertura de sindicância;
- Instauração de processo administrativo;
- Decisão de mérito;
- Julgamento de recurso.

Também aqui vale a observação: **sindicância sem contraditório não interrompe o prazo**, o que evita práticas artificiais de extensão do tempo prescricional.

### Arts. 210 a 211 – Processo administrativo e recursos

Esses dois últimos artigos são de remissão:



- O **processo administrativo dos delegatários** segue as mesmas regras previstas nos **arts. 179 a 186**, já estudados;
- Os **recursos** seguem o rito dos **arts. 187 a 189**, com direito de revisão pelas instâncias superiores do TJPR, inclusive com efeitos suspensivo e devolutivo.

## Livro IV - TÍTULO XII VESTES TALARES, EXPEDIENTE E HORÁRIO (Arts. 212 e 213)

Esses artigos são muito simples, vamos reproduzi-los na íntegra:

Art. 212. Nos atos solenes da justiça é obrigatório o uso de vestes talares, conforme modelo aprovado.

Art. 213. O expediente dos offices de justiça será fixado pelo Órgão Especial.

## Livro V - TÍTULO I - DIVISÃO JUDICIÁRIA (Art. 214 a 220)

### Art. 214 – Estrutura territorial da Justiça Estadual

O artigo 214 inaugura o tema da **divisão judiciária**, estabelecendo que **todo o Estado do Paraná constitui uma circunscrição única**, ou seja, uma só estrutura sob responsabilidade do Tribunal de Justiça, mas **dividida internamente para fins administrativos e jurisdicionais**.

Essa divisão se organiza em:

- **Seções Judiciárias** – agrupam várias comarcas;
- **Comarcas** – formadas por um ou mais municípios e distritos;
- **Foros regionais** – subdivisões administrativas dentro de comarcas maiores;
- **Municípios e distritos** – a base da organização territorial.

O §1º remete ao Anexo II do CODJ para a configuração das seções, enquanto o §2º define que cada comarca adota o nome do município que lhe serve de sede. Assim, por exemplo, a Comarca de Londrina abrange também outros municípios próximos, mas recebe o nome da cidade-polo.

É uma organização que permite capilaridade e racionalização — algo indispensável num estado com realidades urbanas e rurais tão distintas.

### Art. 215 – Mudança ou agregação de sedes

Esse dispositivo confere certa **flexibilidade à estrutura judiciária**. Em casos de necessidade ou interesse público relevante, o Órgão Especial pode autorizar:

- A **transferência provisória da sede** de uma comarca ou seção;



- A **agregação de comarcas**.

Essa previsão é útil, por exemplo, em situações de desastre, obras emergenciais ou reorganizações administrativas — afinal, o Judiciário precisa continuar funcionando mesmo diante de imprevistos.

## Arts. 216 a 220 – Criação e instalação de comarcas, varas e distritos

Esses artigos tratam da criação de novas unidades judiciárias e estabelecem critérios bastante rigorosos — o que é compreensível, já que manter uma comarca ou uma vara judicial representa custo, pessoal e estrutura.

### Art. 216 – Requisitos para criação e instalação de comarcas

A criação de uma comarca exige que o município-sede:

- Tenha **ao menos 30 mil habitantes**, sendo **10 mil eleitores**;
- Apresente **renda tributária significativa**, equivalente ao dobro do exigido para a criação de um novo município;
- Registre **movimento forense relevante** — no mínimo, 400 processos por ano.

Já a **instalação** da comarca só ocorre se:

- Existirem **edifícios públicos adequados** para o Fórum, Delegacia e Cadeia Pública;
- Houver **residência funcional** para o juiz e o promotor;
- Todos os cargos estejam **preenchidos ou designados provisoriamente**.

O §1º permite **dispensa excepcional** de alguns requisitos, desde que a distância e o acesso dificultem o atendimento da população. Já o §2º prevê até mesmo a **extinção de comarcas**, caso deixem de cumprir os critérios exigidos.

Ou seja, o sistema é elástico, mas comprometido com a viabilidade e o atendimento público.

### Art. 217 – Criação de varas

As varas são os “braços jurisdicionais” dentro da comarca. Para que uma nova vara seja criada:

- Se for **cível**, deve haver pelo menos **400 processos contenciosos por ano**;
- Se for **criminal**, basta um mínimo de **200 processos anuais**.

Executivos fiscais e alvarás não são computados nesse cálculo — apenas os feitos que realmente demandam análise judicial.

### Art. 218 – Instalação da comarca

A instalação deve ocorrer em **audiência pública**, presidida pelo Presidente do TJ ou juiz designado. Esse evento formaliza a nova unidade judiciária, que ganha status funcional e político.



Além disso, cópias do termo de instalação são enviadas a diversas autoridades — desde o **Governador do Estado até os Tribunais Eleitorais, Federal e do Trabalho**. É um rito de formalização e comunicação institucional.

### Art. 219 – Proposta de criação de nova vara

Se uma vara estiver **saturada de processos**, o juiz deve comunicar à Corregedoria-Geral da Justiça. Os critérios aqui são:

- Mais de **800 feitos cíveis** (com exclusões específicas);
- Ou **400 processos criminais**.

Em comarcas de Juízo Único, soma-se o volume cível e penal. Isso permite medir, de modo realista, a necessidade de criação de nova vara — evitando sobrecarga e garantindo celeridade.

### Art. 220 – Criação de distritos judiciários

Os **distritos judiciários** são divisões menores, criadas dentro das comarcas para descentralizar o acesso à Justiça. Para isso, exige-se que já exista um distrito administrativo com:

- Pelo menos **4 mil habitantes**;
- E **1.500 eleitores**.

A criação depende de **autorização prévia do Presidente do TJPR**, o que demonstra o cuidado institucional para evitar a proliferação desordenada de estruturas.

## Livro V - TÍTULO II - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (Art. 221)

Texto na íntegra:

Art. 221. A prestação jurisdicional no Estado é exercida por Desembargadores, Juízes de Direito de entrância final, intermediária e inicial e por Juízes Substitutos nos termos do anexo V.

## Livro V - TÍTULO III CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS, SEÇÕES JUDICIÁRIAS E DISTRITOS JUDICIÁRIOS (Art. 222 a 224)

### Art. 222 – Classificação das Comarcas

Começando pelo básico: **nem todas as comarcas são iguais** em tamanho, estrutura e complexidade. Por isso, o artigo 222 estabelece que elas serão classificadas em **três entrâncias**:





- **Entrância inicial** – normalmente são comarcas menores, com menor densidade populacional e movimento forense mais modesto. Pense em municípios de porte pequeno, com demandas jurídicas concentradas em questões do dia a dia, como direito de família, pequenos conflitos cíveis e delitos de menor potencial ofensivo.
- **Entrância intermediária** – aqui já se percebe uma estrutura mais robusta, com maior número de varas, juízes e volume processual. Municípios de porte médio costumam se enquadrar nessa categoria.
- **Entrância final** – são as comarcas mais complexas, geralmente localizadas em grandes centros urbanos. Além do alto número de processos, concentram varas especializadas (infância, fazenda pública, execuções fiscais, por exemplo) e exercem funções de apoio a outras comarcas menores.

A lógica é parecida com o que se vê em carreiras públicas — há uma progressão funcional entre as entrâncias, o que influencia também na movimentação dos magistrados.

Vale observar que essa classificação **não é aleatória**. Leva em conta critérios como:

- **Movimento forense** (quantidade de processos)
- **Densidade demográfica**
- **Situação geográfica**
- E a condição de sede de seção judiciária

A listagem completa das comarcas, com suas respectivas classificações, aparece no **Anexo I** do Regimento.

## Art. 223 – Organização das Seções Judiciárias

As **seções judiciárias**, por sua vez, funcionam como **agrupamentos de comarcas, varas ou foros regionais**. Elas existem para **racionalizar o trabalho dos Juízes Substitutos**, distribuindo suas atribuições dentro de um território delimitado. Imagine um juiz substituto atuando numa comarca vizinha quando o titular se afasta — a seção judiciária organiza esse tipo de substituição com mais previsibilidade.

A composição exata de cada seção judiciária está prevista no **Anexo II** do Regimento. Vale destacar o §2º do artigo, que trata das comarcas mais complexas do estado:

- Região Metropolitana de Curitiba
- Londrina
- Maringá
- Cascavel
- Ponta Grossa
- Foz do Iguaçu
- Guarapuava

Nesses locais, devido ao volume e à diversidade de demandas, a atuação dos juízes substitutos **segue regras específicas fixadas por resolução**. É uma maneira de garantir que a complexidade local seja levada em consideração no desenho da atuação judicial.





## Art. 224 – Os Distritos Judiciários

Por fim, chegamos ao **nível mais granular da estrutura judiciária**: os **distritos judiciários**. De forma simples, eles são **divisões territoriais internas de uma comarca**. Servem para descentralizar o atendimento judicial, especialmente em áreas mais afastadas da sede do município.

Assim como as comarcas e seções, os distritos também têm sua **organização listada em anexo (Anexo III)**. E embora não sejam autônomos como uma vara, por exemplo, funcionam como **pontos de apoio para recepção de demandas**, o que facilita bastante a vida da população local.

Um bom exemplo de como isso aparece na prática são os distritos judiciários em zonas rurais ou em áreas urbanas periféricas, onde há a necessidade de manter algum nível de estrutura judiciária de forma acessível, mesmo que de forma reduzida.

## Livro V - TÍTULO IV COMARCAS, JUÍZOS E SERVIÇOS AUXILIARES (Arts. 225 a 235)

### Art. 225 – Composição das Comarcas e Competência dos Juízos

As comarcas, como se sabe, não são homogêneas: algumas possuem apenas um juízo (o chamado “Juízo único”), outras abrigam duas ou mais varas especializadas. A definição do número de varas, sua denominação e atribuições **não está engessada na lei**, mas é estabelecida por **Resolução do Órgão Especial** do TJPR — um arranjo que garante flexibilidade à estrutura do Judiciário, permitindo ajustes conforme a demanda da população e o crescimento das cidades.

Uma observação interessante: os **Juizados Especiais** que possuem **estrutura própria e juiz titular** são juridicamente considerados como varas judiciais. Isso reconhece sua autonomia funcional dentro da estrutura da comarca e reforça seu papel como porta de entrada para muitos litígios de menor complexidade, como questões de consumo e pequenas causas.

### Art. 227 – Regime de Exceção nas Comarcas

O Regimento também prevê situações extraordinárias. Em determinados contextos — por exemplo, aumento abrupto de processos ou ausência prolongada de magistrado — uma comarca ou vara pode ser declarada em **regime de exceção**. Essa decisão cabe ao **Conselho da Magistratura**, com parecer (ou proposta) do Corregedor-Geral. Uma vez declarado esse regime, o **Presidente do Tribunal de Justiça designará um juiz auxiliar**, que atuará paralelamente ao titular, em regra por até seis meses (prorrogáveis).

É uma solução emergencial, mas bastante prática. Evita, por exemplo, que a população de um município fique sem atendimento judicial ou que o acúmulo de processos se torne inadmissível.



## Arts. 228 a 230 – Serventuários e Serviços Auxiliares

Passando ao funcionamento da máquina judiciária: os serviços do foro — tanto o **judicial quanto o extrajudicial** — são desempenhados por três categorias de profissionais:

- **Serventuários** (concursados ou nomeados, conforme o caso),
- **Funcionários da Justiça** (servidores públicos),
- E os **agentes delegados**, como notários e registradores.

A composição desses quadros deve seguir as normas gerais do Código e as **tabelas dos anexos I, IV e VI**, que trazem detalhes sobre lotações, funções e critérios de organização.

A constituição das serventias novas, por sua vez, **segue os mesmos critérios das comarcas de entrância equivalente**, o que garante uma certa uniformidade na estrutura do Judiciário, respeitando, no entanto, as particularidades locais.

## Arts. 231 a 232 – Lotação e Distribuição de Servidores

Um ponto que chama atenção é a tentativa de **padronizar a presença mínima de oficiais de justiça por vara ou juízo**: o mínimo é de dois. Parece pouco, mas é um ponto de partida necessário para garantir o cumprimento dos mandados judiciais, especialmente nas comarcas menores.

Na Região Metropolitana de Curitiba, a lotação de técnicos e auxiliares é feita diretamente pelo Presidente do TJPR, enquanto nas demais comarcas essa atribuição cabe ao Juiz Diretor do Fórum. Essa distinção leva em conta a complexidade da capital, que exige uma centralização maior na gestão de pessoal.

Além disso, os **mandados devem ser distribuídos de forma equitativa** entre os servidores com atribuições semelhantes, evitando sobrecarga e assegurando isonomia na atuação.

## Arts. 233 e 234 – Atribuições dos Ofícios Distribuidores

Os Ofícios Distribuidores, Contadores e Partidores são uma parte menos visível do Judiciário, mas essencial. São eles que cuidam de toda a parte **burocrática e técnica** da tramitação dos processos: desde a distribuição das ações até a partilha de bens e cálculo de custas.

No **Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba**, há cinco ofícios, cada qual com competência bem definida. Para ilustrar:

- O **1º Ofício** lida com a matéria criminal, família, trânsito e falência;
- O **2º Ofício**, com matérias cíveis e de Justiça Militar;
- O **3º Ofício**, com infância e juventude e execução penal alternativa;
- O **4º Ofício**, com os demais temas que não foram atribuídos ao 1º;
- E o **5º Ofício**, com execuções penais, juizados especiais, registros públicos e matérias que envolvem os distritos.



Em **Londrina**, o modelo é semelhante, mas com dois grandes órgãos que concentram as atribuições de distribuidor, contador, partidor e até depositário público. Um cuida das matérias cíveis e da infância, outro das criminais, execuções e demais temas.

Esse arranjo permite **especialização e melhor organização interna**, algo fundamental em comarcas com alta demanda.

### Art. 235 – Oficiais Distritais

Por fim, nos **distritos judiciais que não são sede de comarca**, haverá pelo menos **um oficial distrital**, figura essencial para garantir a presença do Judiciário nas localidades mais afastadas. É esse servidor que mantém o canal de comunicação entre os moradores e a sede da comarca, garantindo que pedidos de certidão, recepção de petições e outros serviços básicos sejam realizados sem que o cidadão precise se deslocar até outro município.

## Livro V - TÍTULO V - DAS COMARCAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, DE LONDRINA E DE MARINGÁ (Arts. 236 a 239)

### Art. 236 – A Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Este artigo apresenta uma das estruturas judiciárias mais complexas do Estado: a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ela não se limita à capital, mas abrange **diversos foros regionais** distribuídos por municípios vizinhos e seus respectivos distritos. Para cada um desses foros — como Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais, entre outros — o texto legal especifica quais localidades e distritos estão sob sua jurisdição.

Esse modelo responde a um fenômeno bem conhecido: o crescimento das metrópoles para além do centro urbano original. Assim como ocorre em outras grandes capitais, a vida social e econômica de Curitiba se estende por toda sua região metropolitana. A estrutura judiciária acompanha esse movimento, descentralizando o atendimento por meio de foros regionais. Isso é essencial para garantir o acesso à Justiça com mais rapidez e menor deslocamento para o cidadão.

### Art. 236-A – A Comarca da Região Metropolitana de Londrina

A lógica se repete em Londrina, uma das cidades-polo do norte do Paraná. A comarca metropolitana inclui:

- O **Foro Central de Londrina**, que é o coração da comarca;
- Os **foros regionais** de Cambé, Ibiporã e Rolândia.

Além disso, o artigo menciona a composição das seções judiciárias da região. A 22ª Seção, por exemplo, passa a ser sediada em Assaí, enquanto a 32ª, em Bela Vista do Paraíso. São pequenos ajustes



organizacionais, mas que fazem toda a diferença na rotina do Judiciário, permitindo redistribuir melhor os magistrados substitutos e racionalizar a gestão.

Aqui, vale um parêntese: essas alterações refletem não só critérios populacionais, mas também de logística, acesso e infraestrutura local — fatores sempre considerados pelo Órgão Especial ao decidir sobre estrutura judiciária.

### Art. 236-B – A Comarca da Região Metropolitana de Maringá

A terceira comarca metropolitana criada é a de Maringá, cidade reconhecida por sua organização urbana e desenvolvimento regional. O artigo detalha sua abrangência, que vai muito além do perímetro urbano: abarca distritos de Maringá como Iguatemi e Floriano, e municípios vizinhos como Doutor Camargo, Floresta, Paçandu, entre outros.

O destaque aqui está nos **foros regionais**, incluindo Sarandi, Marialva, Mandaguari, Nova Esperança e Mandaguaçu. Cada foro atende a uma microrregião, respeitando vínculos de vizinhança e mobilidade da população.

Outro ponto relevante: a comarca metropolitana passa a ser **Seção Judiciária Única**, com a competência definida por resolução. Além disso, há reorganização na distribuição de juízes substitutos, como se observa com a transformação do cargo da 47ª Seção Judiciária — medida que, embora administrativa, tem impacto direto no funcionamento da Justiça local.

### Art. 237 – Distribuição entre varas de igual competência

Este artigo estabelece a forma como se dá a **distribuição processual** nas comarcas metropolitanas. Nos foros centrais, a responsabilidade pela distribuição recai sobre um juiz de direito substituto designado pelo Corregedor-Geral da Justiça. Já nos foros regionais, essa atribuição cabe ao **Juiz Diretor do Fórum**.

A ideia aqui é garantir isonomia entre varas da mesma competência e evitar sobrecarga ou favorecimento de uma unidade sobre outra. É um mecanismo de equilíbrio — e, em última instância, de justiça dentro da própria Justiça.

### Art. 238 – Fixação da competência por resolução

De forma sintética, o artigo 238 nos lembra que a **competência das varas e juízos** não é definida diretamente no CODJ, mas sim por meio de **resoluções específicas**. Essa escolha reforça a flexibilidade da organização judiciária e permite sua adaptação ao longo do tempo, conforme mudanças sociais e estruturais.

### Art. 239 – Tabela de composição da comarca de Curitiba

O último artigo remete ao **anexo III, tabela 1**, onde está detalhada a composição da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Trata-se de um instrumento auxiliar, mas essencial para a organização do Judiciário, já que traz, de forma objetiva, a estrutura vigente e sua distribuição territorial.



## APOSTA ESTRATÉGICA

*A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.*



Na preparação para concurso, é alta a probabilidade de cobrança dos dispositivos que tratam da estrutura funcional da Justiça.

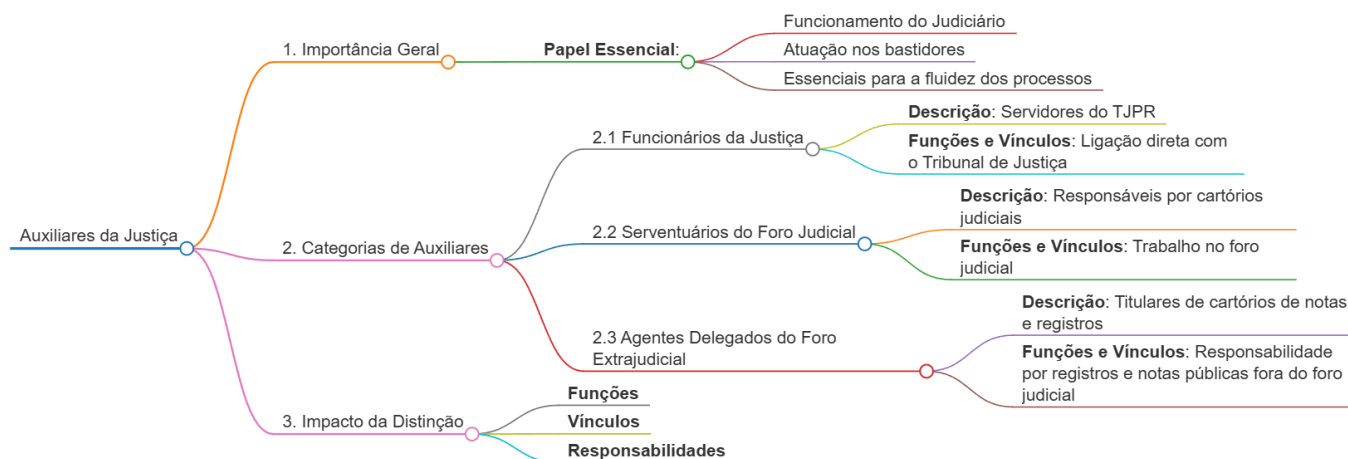
Os artigos 118 a 124 do CODJ/PR integram o Livro IV e organizam os **auxiliares da justiça**, atores fundamentais para a operacionalização dos serviços judiciais. Ainda que frequentemente ignorados nas abordagens superficiais, esses profissionais são indispensáveis para o cumprimento das ordens judiciais, para o andamento regular dos feitos e para a atuação prática dos magistrados e servidores de carreira. Seu regime jurídico, natureza do vínculo e responsabilidades específicas podem facilmente compor questões de múltipla escolha, sobretudo aquelas que exploram classificações e distinções conceituais.

De acordo com o artigo 118, os auxiliares da justiça são divididos em **três categorias formais**: (i) *funcionários da justiça*, que são os servidores efetivos integrantes do quadro do Tribunal de Justiça do Paraná; (ii) *serventuários da justiça do foro judicial*, responsáveis pela condução dos serviços cartorários judiciais, como escrivães e oficiais de justiça; e (iii) *agentes delegados do foro extrajudicial*, como tabeliães e registradores civis, que atuam por delegação do poder público.

---

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.





## QUESTÕES COMENTADAS



1. (NC-UFPR / TJ-PR - 2019) Em relação à composição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao provimento de suas vagas, assinale a alternativa correta.

- A) Uma das razões previstas em lei para obstar a promoção de magistrados é a retenção injustificada de autos em seu poder para além do prazo legal.
- B) Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça é reservado para membros do Ministério Público e advogados que atendam a requisitos específicos, entre os quais se encontram o notório saber jurídico, a reputação ilibada e a comprovação de mais de vinte anos de efetiva atividade profissional.
- C) Quanto ao provimento de vaga de Desembargador(a) por critério de merecimento, recairá sobre o(a) Juiz(a) mais votado(a) entre aqueles(as) que constarem de lista sêxtupla organizada pelo Tribunal de Justiça.
- D) As vagas do quinto constitucional são reservadas a advogados, não se admitindo o provimento de membros do Ministério Público.
- E) O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é composto por 180 Desembargadores.

### Comentários:

A alternativa **A** está correta: a retenção injustificada de autos é um dos motivos que podem impedir a promoção de magistrados, conforme previsto no próprio CODJ/PR.

A **B** está incorreta, pois exige-se apenas dez anos de efetiva atividade profissional, e não vinte.

A **C** confunde os procedimentos: a lista sêxtupla é formada para o quinto constitucional, e não para





promoções por merecimento entre juízes.

A **D** é errada, pois o quinto constitucional se aplica a advogados e membros do Ministério Público.

A **E** está incorreta: o número de desembargadores não corresponde ao indicado.

**Gabarito: A**

2. (NC-UFPR / TJ-PR - 2019) Sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA.

A) São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Paraná o Tribunal de Justiça, os Tribunais do Júri, os Juízes de Direito, os Juízes de Direito Substitutos de entrância final, os Juízes Substitutos, os Juizados Especiais e os Juízes de Paz.

B) A expedição de certidões não poderá exceder o prazo de vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade do serventuário, do funcionário da justiça ou do agente delegado, ressalvado o caso de comprovado acúmulo de serviço.

C) É vedado ao Presidente do Tribunal de Justiça designar Juízes de Direito da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para atuarem junto aos órgãos superiores do Tribunal de Justiça.

D) Com garantias de vitaliciedade, os Juízes de última entrância serão promovidos ao cargo de Desembargador pelo Presidente do Tribunal de Justiça nas vagas correspondentes à respectiva classe, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

E) No Paraná, a Corregedoria-Geral da Justiça tem como incumbência a fiscalização permanente dos Magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial.

**Comentários:**

A alternativa **C** está incorreta, como exige o enunciado. O Presidente do TJPR **pode sim** designar Juízes da Região Metropolitana para atuação junto aos órgãos superiores do Tribunal, não havendo vedação legal nesse sentido.

As demais estão corretas conforme previsão do CODJ/PR:

A **A** lista corretamente os órgãos do Judiciário estadual.

A **B** aborda regra expressa sobre o prazo para expedição de certidões.

A **D** descreve com exatidão o sistema alternado de promoção por merecimento e antiguidade.

A **E** reflete a atribuição da Corregedoria conforme legislação vigente.

**Gabarito: C**

3. (NC-UFPR / TJ-PR - 2019) O Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná normatiza o regime dos auxiliares da Justiça, entre eles os agentes delegados. Acerca do regime jurídico desses auxiliares da Justiça, assinale a alternativa correta.

A) Em razão das funções privadas desempenhadas, os tabeliães de protesto de títulos não são considerados agentes delegados do foro extrajudicial.

B) Os agentes delegados da justiça do foro extrajudicial podem admitir, sob sua responsabilidade e às expensas próprias, tantos empregados quantos forem necessários ao serviço, ficando as relações empregatícias respectivas subordinadas à legislação trabalhista.

C) Os substitutos e escreventes do agente delegado serão indicados pelo Corregedor-Geral da Justiça e aprovados pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

D) Aos notários e registradores é proibida a cobrança indevida ou excessiva de custas, exceto em situação de urgência na qual fique confirmada a necessidade da cobrança excessiva.





E) A natureza das funções exercidas em caráter privado permite aos notários e registradores comparecerem no cartório em qualquer horário do expediente, bem como se ausentar sem justificativa antes do término das atividades.

#### Comentários:

A alternativa **B** está correta: os agentes delegados (como os notários e registradores) podem contratar empregados conforme a necessidade, assumindo o custo e a responsabilidade legal dessas relações trabalhistas.

A **A** está errada, pois os tabeliães de protesto **são sim** agentes delegados do foro extrajudicial.

A **C** é incorreta, pois a escolha de substitutos é feita pelo próprio titular, não pelo Corregedor.

A **D** está incorreta: **não há exceções** legalmente previstas para cobrança excessiva de custas.

A **E** está errada, pois os delegatários estão submetidos à disciplina da fiscalização e devem cumprir horário regular de expediente.

#### Gabarito: B

4. (CEBRASPE / TJ-PR - 2019) Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, auxiliar da justiça do foro judicial que revelar informação de natureza sigilosa de que tenha tido ciência em razão do cargo ficará sujeito à penalidade de

A) censura cumulada com multa, se do fato não originar prejuízo às partes.

B) suspensão.

C) demissão.

D) advertência cumulada com multa, se do fato não originar prejuízo às partes.

#### Comentários:

A alternativa correta é a **B**: o artigo 130 do CODJ/PR prevê que a violação do dever de sigilo impõe a penalidade de **suspensão**, independentemente de prejuízo às partes.

As alternativas **A**, **C** e **D** trazem penalidades distintas daquelas previstas no dispositivo legal, não condizendo com a gravidade específica tratada no caso de revelação indevida de informação sigilosa.

#### Gabarito: B

5. (CEBRASPE / TJ-PR - 2019) De acordo com a Lei Estadual n.º 14.277/2003 — Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná —, a indicação de juiz diretor dos juizados especiais da capital do estado do Paraná para compor o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais compete ao

A) Conselho da Magistratura.

B) corregedor geral da justiça.

C) presidente do tribunal de justiça.

D) órgão especial do tribunal de justiça.

#### Comentários:

A alternativa correta é a **A**: segundo o art. 100 do CODJ/PR, é de competência do **Conselho da Magistratura** a indicação dos Juízes Diretores dos Juizados Especiais da capital para compor o Conselho de Supervisão dos Juizados.

As demais alternativas estão incorretas, pois se referem a autoridades ou órgãos com outras



atribuições, como a presidência do TJ ou a Corregedoria-Geral da Justiça, mas não a esse ato específico de indicação.

**Gabarito: A**

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

1. Qual é o papel dos auxiliares da Justiça no funcionamento do sistema judiciário paranaense?
2. Como o Código de Organização e Divisão Judiciárias classifica os auxiliares da Justiça?
3. O que é exigido para a designação de um substituto ao cargo de Escrivão ou Secretário de Juizado?
4. Como se define a composição das comarcas no Paraná segundo o CODJ/PR?
5. Em que casos pode ser instituído o regime de exceção nas comarcas ou varas?
6. Qual é a função dos serviços auxiliares do foro judicial e extrajudicial?
7. Quais ofícios compõem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba?
8. Como é composta a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba?
9. Qual a estrutura da Comarca da Região Metropolitana de Londrina?



10. Quais critérios são utilizados para classificar as comarcas no Estado do Paraná?
11. O que são seções judiciárias e qual sua finalidade?
12. O que são distritos judiciários e como se relacionam com as comarcas?
13. Qual a penalidade prevista para o auxiliar da justiça que viola dever de sigilo?
14. Qual órgão é responsável por indicar os juízes diretores dos Juizados Especiais da capital para o Conselho de Supervisão?
15. Qual o regime de responsabilidade trabalhista dos agentes delegados do foro extrajudicial?
16. Como se dá a lotação dos técnicos e auxiliares administrativos nas comarcas?
17. Quem tem competência para fixar a competência das varas e juízos no TJPR?
18. Como se dá a promoção de juízes à última instância estadual?
19. O que caracteriza os serventuários da justiça do foro judicial?
20. Quais são os deveres funcionais dos auxiliares da justiça segundo o CODJ/PR?

## Perguntas com respostas

1. Qual é o papel dos auxiliares da Justiça no funcionamento do sistema judiciário paranaense?

**Resposta:** Os auxiliares da Justiça são responsáveis por garantir o suporte técnico e administrativo necessário para o funcionamento cotidiano do Judiciário, atuando desde a tramitação processual até a execução de decisões, o que abrange servidores, serventuários e agentes delegados.

2. Como o Código de Organização e Divisão Judiciárias classifica os auxiliares da Justiça?

**Resposta:** Eles são classificados em três categorias: funcionários da justiça (servidores do TJ), serventuários da justiça do foro judicial (titulares de cartórios judiciais) e agentes delegados do foro extrajudicial (notários e registradores).

3. O que é exigido para a designação de um substituto ao cargo de Escrivão ou Secretário de Juizado?

**Resposta:** É necessário que o servidor designado seja ocupante de cargo efetivo de Analista Judiciário da área jurídica, Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, com formação em Direito. Caso não haja servidor com esse requisito, pode-se excepcionar a exigência.

4. Como se define a composição das comarcas no Paraná segundo o CODJ/PR?

**Resposta:** As comarcas são compostas por juízo único ou por duas ou mais varas judiciais, cuja denominação e competência são estabelecidas por resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

5. Em que casos pode ser instituído o regime de exceção nas comarcas ou varas?

**Resposta:** O regime de exceção pode ser instituído por ato do Conselho da Magistratura, nos casos especiais, e permite designar juiz para atuação cumulativa com o titular, com prazo máximo de seis meses, prorrogável.



6. Qual é a função dos serviços auxiliares do foro judicial e extrajudicial?

**Resposta:** Eles são responsáveis pela execução de tarefas administrativas e técnicas nos órgãos judiciais e extrajudiciais, sendo exercidos por servidores, serventuários e agentes delegados, conforme os anexos e tabelas do Código.

7. Quais órgãos compõem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba?

**Resposta:** O foro conta com cinco órgãos com competências específicas, como distribuição criminal, cível, infância e juventude, execuções penais, juizados especiais, registros públicos e outros.

8. Como é composta a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba?

**Resposta:** Ela é formada pelo Município de Curitiba (Foro Central) e por diversos Foros Regionais, como Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, São José dos Pinhais, entre outros.

9. Qual a estrutura da Comarca da Região Metropolitana de Londrina?

**Resposta:** Inclui o Foro Central de Londrina e os Foros Regionais de Cambé, Ibiporã e Rolândia, além de outras seções judiciárias criadas por lei.

10. Quais critérios são utilizados para classificar as comarcas no Estado do Paraná?

**Resposta:** São considerados o movimento forense, a densidade demográfica, a situação geográfica e a condição de sede de seção judiciária. As classificações são: entrância inicial, intermediária e final.

11. O que são seções judiciárias e qual sua finalidade?

**Resposta:** São agrupamentos de comarcas ou foros destinados a facilitar a atuação dos juízes substitutos, com delimitação de competência atribuída por resolução e organizada conforme anexo específico.

12. O que são distritos judiciários e como se relacionam com as comarcas?

**Resposta:** São subdivisões territoriais das comarcas que agrupam-se em torno de comarcas-sede, foros centrais ou regionais, conforme organização prevista em anexo do CODJ/PR.

13. Qual a penalidade prevista para o auxiliar da justiça que viola dever de sigilo?

**Resposta:** A penalidade é de suspensão, independentemente de haver ou não prejuízo às partes envolvidas no processo.

14. Qual órgão é responsável por indicar os juízes diretores dos Juizados Especiais da capital para o Conselho de Supervisão?

**Resposta:** O Conselho da Magistratura é quem realiza essa indicação.

15. Qual o regime de responsabilidade trabalhista dos agentes delegados do foro extrajudicial?



**Resposta:** Eles podem contratar empregados sob sua responsabilidade e às suas expensas, estando tais relações subordinadas à legislação trabalhista comum.

16. Como se dá a lotação dos técnicos e auxiliares administrativos nas comarcas?

**Resposta:** Na Região Metropolitana de Curitiba, é feita pelo Presidente do TJPR; nas demais comarcas, pelo Juiz Diretor do Fórum.

17. Quem tem competência para fixar a competência das varas e juízos no TJPR?

**Resposta:** Essa definição é feita por resolução do Tribunal de Justiça, conforme o art. 238 do CODJ/PR.

18. Como se dá a promoção de juízes à última instância estadual?

**Resposta:** Por critério de antiguidade e merecimento, alternadamente, nas vagas correspondentes, observando as garantias da carreira.

19. O que caracteriza os serventuários da justiça do foro judicial?

**Resposta:** São os titulares de ofícios judiciais, delegatários de serventias do foro judicial, atuando com delegação do poder público, mas com vínculo não estatutário.

20. Quais são os deveres funcionais dos auxiliares da justiça segundo o CODJ/PR?

**Resposta:** Devem exercer suas funções com dignidade, compostura, obediência às determinações superiores e cumprir rigorosamente as normas legais e regimentais.

## LISTA DE QUESTÕES

**1. (NC-UFPR / TJ-PR - 2019) Em relação à composição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao provimento de suas vagas, assinale a alternativa correta.**

- a) Uma das razões previstas em lei para obstar a promoção de magistrados é a retenção injustificada de autos em seu poder para além do prazo legal.
- b) Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça é reservado para membros do Ministério Público e advogados que atendam a requisitos específicos, entre os quais se encontram o notório saber jurídico, a reputação ilibada e a comprovação de mais de vinte anos de efetiva atividade profissional.
- c) Quanto ao provimento de vaga de Desembargador(a) por critério de merecimento, recairá sobre o(a) Juiz(a) mais votado(a) entre aqueles(as) que constarem de lista sêxtupla organizada pelo Tribunal de Justiça.
- d) As vagas do quinto constitucional são reservadas a advogados, não se admitindo o provimento de membros do Ministério Público.
- e) O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é composto por 180 Desembargadores.



**2. (NC-UFPR / TJ-PR - 2019) Sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Paraná o Tribunal de Justiça, os Tribunais do Júri, os Juízes de Direito, os Juízes de Direito Substitutos de entrância final, os Juízes Substitutos, os Juizados Especiais e os Juízes de Paz.
- b) A expedição de certidões não poderá exceder o prazo de vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade do serventuário, do funcionário da justiça ou do agente delegado, ressalvado o caso de comprovado acúmulo de serviço.
- c) É vedado ao Presidente do Tribunal de Justiça designar Juízes de Direito da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para atuarem junto aos órgãos superiores do Tribunal de Justiça.
- d) Com garantias de vitaliciedade, os Juízes de última entrância serão promovidos ao cargo de Desembargador pelo Presidente do Tribunal de Justiça nas vagas correspondentes à respectiva classe, por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- e) No Paraná, a Corregedoria-Geral da Justiça tem como incumbência a fiscalização permanente dos Magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial.

**3. (NC-UFPR / TJ-PR - 2019) O Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná normatiza o regime dos auxiliares da Justiça, entre eles os agentes delegados. Acerca do regime jurídico desses auxiliares da Justiça, assinale a alternativa correta.**

- a) Em razão das funções privadas desempenhadas, os tabeliães de protesto de títulos não são considerados agentes delegados do foro extrajudicial.
- b) Os agentes delegados da justiça do foro extrajudicial podem admitir, sob sua responsabilidade e às expensas próprias, tantos empregados quantos forem necessários ao serviço, ficando as relações empregatícias respectivas subordinadas à legislação trabalhista.
- c) Os substitutos e escreventes do agente delegado serão indicados pelo Corregedor-Geral da Justiça e aprovados pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
- d) Aos notários e registradores é proibida a cobrança indevida ou excessiva de custas, exceto em situação de urgência na qual fique confirmada a necessidade da cobrança excessiva.
- e) A natureza das funções exercidas em caráter privado permite aos notários e registradores comparecerem no cartório em qualquer horário do expediente, bem como se ausentar sem justificativa antes do término das atividades.

**4. (CEBRASPE / TJ-PR - 2019) Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, auxiliar da justiça do foro judicial que revelar informação de natureza sigilosa de que tenha tido ciência em razão do cargo ficará sujeito à penalidade de**

- a) censura cumulada com multa, se do fato não originar prejuízo às partes.
- b) suspensão.
- c) demissão.
- d) advertência cumulada com multa, se do fato não originar prejuízo às partes.





**5. (CEBRASPE / TJ-PR - 2019) De acordo com a Lei Estadual n.º 14.277/2003 — Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná —, a indicação de juiz diretor dos juizados especiais da capital do estado do Paraná para compor o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais compete ao**

- a) Conselho da Magistratura.
- b) corregedor geral da justiça.
- c) presidente do tribunal de justiça.
- d) órgão especial do tribunal de justiça.

**Gabaritos:**

- 1. A
- 2. C
- 3. B
- 4. B
- 5. A



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.